

<p>Parecer:</p> <p>Concordo com o parecer favorável condicionado como proposto. 14.8.2018 (21Km)</p>	<p>Despacho:</p>
---	-------------------------

Informação nº 1287/DRCC/2018

Data: 13.08.2018

Processo n.º: (01)18.23/21

C.S. 1286373

Assunto: 3.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, Viseu.

1. Conforme solicitado verbalmente face à comunicação/e-mail da parte da Direção da ViseuNovo-SRU na sequência da transmissão da apreciação constante da informação n.º 975/DRCC/2018 referente ao plano acima mencionado, e no que respeita à alteração proposta para a parcela (72 B), importa considerar que:

2. Foram anteriormente emitidos dois pareceres:

1) **Favorável condicionado**, de 15.05.2017, suportado em informação técnica 676/DRCC/2017, referente a *Obra de edificação de parques de estacionamento 1, 2 e 3*. O condicionamento dizia respeito ao cumprimento da alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia) – Req: Alexandre Barbosa Borges

2) **Favorável condicionado**, de 15.05.2017, suportado em informação técnica 657/DRCC/2017, referente a *Construção de 3 novos parques de estacionamento*. O condicionamento dizia respeito ao cumprimento da alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia) – Req: SABAPORTUGAL-Parques de Estacionamento SA



3. Transcreve-se, para o efeito, apenas o condicionamento referente à área técnica de arquitetura (alínea b) do ponto 4.2, constante dos dois pareceres):

(...)“ 4.2 O referido concurso prevê a construção de três parques a seguir designados por P1, P2 e P3, sobre os quais importa nesta fase referir:

(...)

b) P2 - Parque de estacionamento junto à estação superior do Funicular

A volumetria proposta terá impacto negativo sobre o troço da Muralha mais próximo, acrescido do facto de se tratar de um terminal do Funicular oposto ao terminal servido por uma área de estacionamento muito grande e associado à previsão de construção de mais um estacionamento no âmbito da proposta do Parque 1 (logradouro anexo à Rua Silva Gaio). Neste contexto considera-se ser necessária a ponderação desta localização ou, no limite uma reformulação profunda da proposta.”

4. Relativamente à proposta de alteração ao PP da Envolvente Urbana do Rio Pavia, **apreciação desfavorável**, que consta da informação n.º 975/DRCC/2018 de 09.08.2018, considerando a emissão dos pareceres acima citados, entende-se de proceder à sua revisão uma vez que a viabilidade de construção poderia estar admitida, pelo que se considera a manutenção da condicionante como descrita.
5. Neste sentido considera-se a emissão de um parecer **FAVORÁVEL** sobre este plano de pormenor, **CONDICIONADO** à observação em termos construtivos e patrimoniais do que se encontra enunciado no **ponto 3** da presente informação.

À consideração superior

Maria Glória Fernandes
(Técnica superior)



- Zona especial de proteção (ZEP) da Sé de Viseu e do edifício do antigo Seminário (Monumentos Nacionais), fixada através da Portaria de 2-02-1963, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1963.

- Muralhas e Portas Antigas da Cidade, classificadas como Monumentos Nacionais, através do Decreto n.º 2 165, DG, I Série, n.º 265, de 31-12-1915, e respetivas zonas de proteção.

B) Análise ao proposto

Está previsto:

- Alteração de área de verde privado de proteção para área destinada a parque de estacionamento no logradouro da Rua Silva Gaio n.º 49 (área **a.**), Planta de implantação 72 C;
- Alteração do zonamento da extinta unidade de execução 7 (UE7).
- Parque de estacionamento adjacente à Estação Superior do Funicular (Rua Silva Gaio), correspondente à (área **C.**), planta de implantação 72 A e 72 B, em resultado da divisão da parcela 72;

Em relação a esta última alteração parece-nos necessário referir o seguinte:

Das alterações propostas à fração 72, esta última que resultará da sua divisão em duas parcelas - 72 A e 72 B -, merece-nos reflexão; a primeira corresponde à zona já afetada à estação do funicular, enquanto a segunda (72 B), corresponde a parte do terreno relvado que se estende entre a Rua Silva Gaio e a cota baixa da muralha, tendo ainda uma zona relativamente desafogada ocupada com estacionamento de superfície.

A construção proposta visará precisamente otimizar o estacionamento de viaturas existente, já que se propõe que venha a ser construída um edifício / parque com 2,5 a 3 pisos, fazendo concordância da nova cobertura com a cobertura da estação do funicular, ampliando ainda mais a área de oferta de parqueamento.

Se por um lado se entende esta necessidade de extensão do número de lugares de estacionamento, por outro lado há que considerar o impacto que este novo volume construído gera na envolvente próxima e deterá nos diversos canais de aproximação.



A construção do novo corpo - em certa medida extensão do edifício do funicular -, gera situações que nos parecem menos adequadas, principalmente se considerarmos tratar-se de uma zona pública com imagem cuidada e há muito estabilizada, onde pontuam, precisamente o volume do edifício da *casa do miradouro*, apoiado na muralha medieval e numa cota mais elevada o corpo da Igreja da Misericórdia.

Assim, a construção do parqueamento na fração 72 B implicará:

- Uma inevitável disrupção do equilíbrio nesse trecho de paisagem da cidade, propondo, num plano imediato, um edifício de estacionamento que se antevê pouco interessante, por contraposição a um pacífico relvado com arvoredos e ao disfrute dos edifícios e monumentos referidos.
- A união da cobertura dos dois edifícios será também utilizada para parqueamento de viaturas, de acordo com esta proposta de revisão. Mesmo com arranjos que amenizem esse impacto, impedirá uma leitura escalonada da paisagem, alterando a perceção da topografia da cidade.
- O espaço sobranceiro do atual relvado restaria enclausurado sem destino possível, já que não será passível de fruição a partir do edifício apoiado na muralha e não tem dimensão que lhe permita a atribuição de outras funções.
- Que a muralha seja parcialmente oculta; num trajeto ascendente da Rua Silva Gaio, seria também interrompida parte da vista que se detém da Igreja da Misericórdia.

Parece-nos assim que a intenção de aumento de oferta de estacionamento proposta, se bem que compreensível, resultará num saldo francamente negativo, nomeadamente na relação dos cidadãos com os monumentos que são referidos. Destacamos o espaço residual que desqualificaria o enquadramento da *Casa do Miradouro* e da muralha medieval da cidade.

Por outro lado, a ocupação de um pequeno trecho do espaço verde existente, melhorando a oferta de estacionamento e complementada com a ocupação da cobertura do edifício do funicular, podem contribuir para um aumento discreto da oferta de lugares de estacionamento.

De igual modo poderá revelar-se razoável a criação de uma pequena construção sobre o terraço da casa do funicular, bem com um arranjo da superfície idêntico ao proposto, criando por essa forma possibilidade de ocupação daquele miradouro agora disponível.



C) Conclusão

Do exposto, parece-nos que a alteração proposta - nomeadamente no que se refere à possível construção a erigir na parcela 72 B -, é a vários títulos desaconselhável, sugerindo-se a emissão de parecer desfavorável, mantendo em aberto a atenção destes serviços para o estudo de uma proposta alternativa.

À consideração superior

Carlos Amaral, arquiteto

Glória Fernandes, engenheira

Nota: Na aceitação desta análise, sugere-se o encaminhamento da mesma para a Câmara Municipal de Viseu, ViseuNovo, SRU e CCDRC, com os seguintes endereços:

Carlos.graca@cmviseu.pt; Fernando.marques@viseunovo.pt ;graca.gabriel@ccdrc.pt

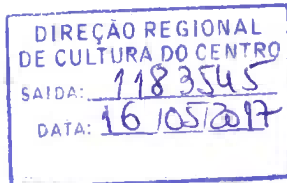
CBA_GF



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO



Exmo Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Praça da República
3514-501 Viseu

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2017/ 1422
		Data	15/05/2017
		Procº n.º	DRC/2017/18-23/122/POP/70952 (C.S:158295)

Assunto: Obra de edificação dos parques 1, 2 e 3.
Rua Silva Gaio/Traseiras da Misericórdia e Av. Capitão Silva Pereira- Viseu

Requerente: ALEXANDRE BARBOSA BORGES, Lda.

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do Sr. Diretor de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Centro de 15/05/2017, foi emitido, sobre o processo acima referido, parecer **Favorável condicionado** à alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia) da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

 A Diretora Regional

(Dr.ª Celeste Amaro)



ANEXO: Inf. Nº S-2017/428744 (C.S:1183167), Cód. Manual nº 676/2017
/OC



Assunto : Obra de edificação dos parques 1, 2 e 3.

Requerente : ALEXANDRE BARBOSA BORGES, Lda.

Local : Rua Silva Gaio/Traseiras da Misericórdia e Av. Capitão Silva Pereira- Viseu

Servidão Sé de Viseu - Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910 (ver Decreto)
 - ZEP - Portaria de 2-02-1963, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1963 (sem restrições) (ZEP da Sé de Viseu e do edifício do antigo Seminário)

Inf. n.º: S-2017/428744 (C.S:1183167)

Cód. Manual 676/2017

N.º Proc.: DRC/2017/18-23/122/POP/70952 (C.S:158295)

Data Ent. Proc.: 13/04/2017

Diretor de Serviços dos Bens Culturais Antero Castanheira de Carvalho a 15/05/2017

Concordo com o parecer Favorável condicionado como proposto.

Chefe de Divisão de Património e Salvaguarda Mónica Carminé a 15/05/2017

À consideração superior. Concordo com o parecer Favorável condicionado proposto.

1. Enquadramento: O pedido em apreciação é-nos presente no âmbito dum projeto de construção de parques de estacionamento: 1 - coberto do funicular na rua Silva Gaio, 2 – de superfície em logradouro na rua Silva Gaio, em Viseu, em área abrangida pela Zona Especial de Proteção da Sé de Viseu – ZEP , Portaria de 2-02-1963, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1963.

O parque de estacionamento 3 - de superfície na Av. Capitão Silva Pereira, não está em área abrangida por servidão administrativa de património classificado ou em vias de classificação, contudo, encontra-se salvaguardo pelo Regulamento do PDM de Viseu de acordo com o conteúdo do artigo 19º, Aviso n.º 12115/2013 de 30 de setembro.

2. Legislação aplicável: A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 43º, 45º, 51º, 60.º, 74.º, 75.º, 77.º, 78.º e 79.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro, artigos 13º, 13º A e 37º do DL 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pela Lei nº 26/2010 de 30 de março, Título IV do RGEU e Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio, artigo 29º do Decreto-Lei nº 126-A/2011, de 29 de dezembro e alínea a) do nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 114/2012, de 25 de maio.

3. Antecedentes: Não tem.



4. Apreciação de arquitetura

4.1 As propostas que no presente se analisam, surgem no âmbito do “*Concurso para a conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e de serviço público dos atuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade de Viseu*”.

4.2 O referido concurso prevê a construção de três parques a seguir designados por P1, P2 e P3, sobre os quais importa nesta fase referir:

a) P1 - Parque de estacionamento no logradouro da rua silva gaio/ travessa da misericórdia

Sem implicações patrimoniais que justifiquem sob o ponto de vista da arquitetura, a sua não viabilização.

b) P2 - Parque de estacionamento junto à estação superior do Funicular

A volumetria proposta terá impacto negativo sobre o troço da Muralha mais próximo, acrescido do facto de se tratar de um terminal do Funicular oposto ao terminal servido por uma área de estacionamento muito grande e associado à previsão de construção de mais um estacionamento no âmbito da proposta do Parque 1 (logradouro anexo à Rua Silva Gaio). Neste contexto considera-se ser necessária a ponderação desta localização ou, no limite uma reformulação profunda da proposta.

c) P3 - Parque de estacionamento da avenida capitão silva pereira

Sem implicações patrimoniais que justifiquem sob o ponto de vista da arquitetura, a sua não viabilização.

5. Apreciação de arqueologia

5.1 P1 e P2 - enquadramento patrimonial

a. A área de afetação do projeto localiza-se numa área de elevada sensibilidade, considerando a sua proximidade com a **Sé Catedral de Viseu**. Esta, segundo alguns autores (Alves, 2016), “*foi edificada dentro de uma estrutura militar complexa que estaria dentro do castelo ou protegida por este em associação com outras estruturas de cariz militar provenientes da época romana*”;

b. Esta sensibilidade arqueológica encontra confirmação no resultado dos numerosos trabalhos, efetuados ao longo dos anos no subsolo da atual cidade de Viseu. Desde logo, importa sublinhar, os dados obtidos na **Rua Silva Gaio/Calçada de Viriato**, no âmbito dos trabalhos da Viseu Polis, que permitiram identificar vestígios de estruturas domésticas da II Idade do Ferro, nomeadamente, pisos em argila, silos, fundos de



cabana, fornos, muros e uma estrutura de combustão, assim como, sepulturas de inumação, de uma necrópole datada do final da época romana (séc. IV/V d.C.)¹;

- c. Acresce a esta informação os dados resultantes dos trabalhos arqueológicos efetuados no edifício de gaveto entre a **Rua Silva Gaio e o Largo do Arvoredo**, em 2003, os quais *"permitiram colocar a descoberto os restos de um edifício dos finais do século XVII/ princípios do século XVIII. Tratar-se-ia de uma construção resultante da expansão da cidade para fora das muralhas. Foram igualmente exumados vestígios materiais de época romana (tegulae, opus e uma sigillata) e da Idade do Ferro (cerâmicas manuais e a torno lento)"*²;
- d. Para além dos vestígios arqueológicos (*stricto sensu*) desenvolve-se ao longo da **Rua dos Loureiros/Rua Silva Gaio** um troço da muralha medieval da cidade de Viseu, mandada reformular por D. Afonso V (séc. XV) e da qual subsistem a **Porta do Soar e a Porta dos Cavaleiros**. Esta estrutura defensiva encontra-se classificada como MN - Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 2 165, DG, I Série, n.º 265, de 31-12-1915.

5.2 P3 - enquadramento patrimonial

- a. O espaço a intervencionar, na **Av. Capitão Silva Pereira** (aberta me meados séc. XX), não forneceu, até ao momento, vestígios de significativo interesse arqueológico. Ainda assim é uma área de elevado potencial arqueológico, desde logo pela sua proximidade com a **Rua do Gonçalves** e com a **Rua da Prebenda**;
- b. Nestas ruas identificaram-se vestígios de ocupações da Idade do Ferro e época Romana. Assim, na **Rua do Gonçalves** foi detetado um conjunto de lajes de grandes dimensões, que poderão corresponder ao primitivo arruamento romano - *decumanus maximus*, considerado a principal saída da cidade romana de Viseu. Detetou-se, igualmente, um piso de cabana proto-histórico;
- c. Na **Rua da Prebenda** foram identificados os alicerces de uma *insula*, datada do último quartel do séc. I e inícios do séc. II, encontrando-se preservados dois compartimentos com os pisos de circulação em *opus signinum* e *opus spicatum*.

5.3 P1 - Parque de Estacionamento do Logradouro

- a. O estudo prévio apresenta a intenção do requerente em construir um parque de estacionamento à superfície, localizado num terreno com cerca de 3.840m², situado no interior de um conjunto de propriedades urbanas, com frente para a **Rua Silva Gaio** e traseiras para o terreno onde se localizará o parque;
- b. De forma a implementar o programa previsto (148 lugares de estacionamento e estruturas de apoio) e, atendendo à topografia do terreno, será necessário um conjunto significativo de movimentações de terras (aterros/desaterros e desmatção) que permitam a criação de plataformas que vençam as diferenças de cotas, no sentido longitudinal e transversal;

¹ Endovélico

² *Idem*



c. Fase ao exposto, considerando a importância patrimonial da área de projeto, somos a emitir o seguinte parecer:

- (i) Realização de sondagens arqueológicas prévias ao início dos trabalhos. Estas devem constituir uma amostra representativa da totalidade da área a intervencionar, incidindo sobre os locais com maior profundidade de afetação;
- (ii) Acompanhamento arqueológico, efetivo e presencial, de todas as ações que impliquem revolvimento de solos, extensível aos trabalhos de desmatção, decapagem e montagem de estaleiros;
- (iii) A deteção de vestígios de interesse patrimonial relevante em fase de obra, assim como o início dos trabalhos, deverá ser comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro (culturacentro@drcc.pt) que avaliará a pertinência de se procederem a alterações metodológicas;
- (iv) A eventual identificação de vestígios de interesse patrimonial, poderá implicar em alterações ao projeto, de forma a compatibilizar o proposto com as pré-existências;
- (v) Estas ações serão desenvolvidas a cargo do dono de obra e deverão constar do alvará de licenciamento.

5.4 P2 – Área de estacionamento junto à estação do funicular

- a. O estudo prévio apresenta a intenção do requerente em construir um parque de estacionamento (coberto), composto por uma estrutura com a altura de três pisos, e uma área de implantação de 653,55m², localizado no terreno anexo à estação superior do funicular (Rua Silva Gaio)
- b. Apesar da *“Memória Descritiva e Justificativa”* do projeto mencionar: *“impactes negativos ao nível das bacias visuais como ao nível da própria manutenção do troço da muralha”*, assim como a necessidade de *“um especial cuidado para eventuais achados arqueológicos que possam encontrar/danificar”* consideramos que o projeto analisado não valoriza a importância patrimonial da área em que se insere;
- c. Para o efeito deverá ser tido em consideração:

- (i) Análise do impacto negativo indireto (visual) sobre o troço de muralha, visível junto ao espaço do funicular;
- (ii) Análise do impacto negativo direto sobre as estruturas arqueológicas existentes, tendo por base os resultados dos trabalhos efetuados no âmbito do Programa Viseu Polis;
- (iii) Análise da relação entre o impacto patrimonial (direto e indireto) e o benefício do projeto, considerando que no local já existe um espaço de estacionamento (superfície), o funicular permite o transporte entre o centro da cidade e o estacionamento junto à Feira de S. Mateus, está prevista a construção de um estacionamento com 148 lugares, no logradouro anexo à Rua Silva Gaio (P1).

5.5P3 – Parque de Estacionamento da Av. Capitão Silva Pereira

- a. Trata-se de um parque de estacionamento à superfície, com serviços de apoio, localizado num terreno com 2.308,05m² (área a intervir). O espaço é atualmente usado para estacionamento, pretendendo-se otimizar a sua utilização (100 lugares de estacionamento);



- b. Atendendo às características do terreno não irão ser necessárias grandes movimentações de terra, aterros ou desmatção, centrando-se a intervenção, em grande medida, na pavimentação e regulamentação do espaço;
- c. Face ao exposto considerando a importância patrimonial da área afeta ao projeto, assim como as ações previstas pelo mesmo, somos de parecer que a sua execução deverá ser condicionada à execução das seguintes medidas de salvaguarda:
- (i) Todas as ações necessárias à execução do projeto, que impliquem revolvimentos no subsolo, deverão ser acompanhadas por um arqueólogo previamente autorizado pela tutela, de acordo com a legislação em vigor. Este deverá observar e registar todas as ocorrências que possam consubstanciar algum tipo de informação patrimonial;
 - (ii) A deteção de vestígios de interesse patrimonial relevante em fase de obra, assim como o início dos trabalhos, deverá ser comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro (culturacentro@drcc.pt) que avaliará da pertinência de se procederem a alterações metodológicas, dando cumprimento, nomeadamente, ao artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro;
 - (iii) A eventual identificação de vestígios de interesse patrimonial, poderá implicar em alterações ao projeto, de forma a compatibilizar o proposto com as pré-existências;
 - (iv) Estas ações serão desenvolvidas a cargo do dono de obra e deverão constar do alvará de licenciamento.

6. Duplicado

Mais se informa que este parecer só é válido quando apresentado em conjunto com o 2.º exemplar do processo, com 64 folhas, que se devolvem devidamente carimbados e datados.

7. Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável Condicionado à alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia), da presente informação.

À consideração superior

António Gil, arquiteto

Gertrudes Branco, arqueóloga

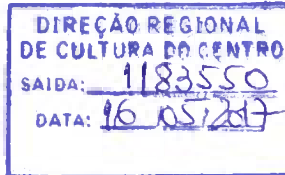
AG/GB



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO



Exmo Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Praça da República
3514-501 Viseu

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	S-2017/ 1424
		Data	16/05/2017
		Procº n.º	DRC/2017/18-23/122/POP/70958 (C.S:158306)

Assunto: Construção de 3 novos parques de estacionamento.
Rua Silva Gaio/Travessa da Misericórdia, Rua Silva Gaio e Av. Capitão Silva Pereira -
Viseu

Requerente: SABAPORTUGAL- Parques de Estacionamento S. A.

Comunico a V. Ex.ª que por despacho do Sr. Diretor de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Centro de 15/05/2017, foi emitido, sobre o processo acima referido, parecer **Favorável condicionado** à alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia) da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

pel'
A Diretora Regional

(Dr.ª Celeste Amaro)

ANEXO: Inf. Nº S-2017/428760 (C.S:1183206), Cód. Manual nº 657/2017
/OC



Assunto : Construção de 3 novos parques de estacionamento.

Requerente : SABAPORTUGAL- Parques de Estacionamento S. A.

Local : Rua Silva Gaio/Travessa da Misericórdia, Rua Silva Gaio e Av. Capitão Silva Pereira - Viseu

Servidão Administrativa : Sé de Viseu - Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910 (ver Decreto)
 - ZEP - Portaria de 2-02-1963, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1963 (sem restrições) (ZEP da Sé de Viseu e do edifício do antigo Seminário)

Inf. n.º: S-2017/428760 (C.S:1183206)

Cód. Manual 657/2017

N.º Proc.: DRC/2017/18-23/122/POP/70958 (C.S:158306)

Data Ent. Proc.: 13/04/2017

Diretor de Serviços dos Bens Culturais Antero Castanheira de Carvalho a 15/05/2017

Concordo com o parecer Favorável condicionado como proposto.

Chefe de Divisão de Património e Salvaguarda Mónica Carminé a 15/05/2017

À consideração superior. Concordo com o parecer Favorável condicionado proposto.

1. Enquadramento: O pedido em apreciação é-nos presente no âmbito dum projeto de construção de parques de estacionamento: 1 - coberto do funicular na rua Silva Gaio, 2 – de superfície em logradouro na rua Silva Gaio, em Viseu, em área abrangida pela Zona Especial de Proteção da Sé de Viseu – ZEP , Portaria de 2-02-1963, publicada no DG, II Série, n.º 42, de 19-02-1963.

O parque de estacionamento 3 - de superfície na Av. Capitão Silva Pereira, não está em área abrangida por servidão administrativa de património classificado ou em vias de classificação, contudo, encontra-se salvaguardo pelo Regulamento do PDM de Viseu de acordo com o conteúdo do artigo 19º, Aviso n.º 12115/2013 de 30 de setembro.

2. Legislação aplicável: A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente nos artigos 43º, 45º, 51º, 60.º, 74.º, 75.º, 77.º, 78.º e 79.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro, artigos 13º, 13º A e 37º do DL 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pela Lei nº 26/2010 de 30 de março, Título IV do RGEU e Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio, artigo 29º do Decreto-Lei nº 126-A/2011, de 29 de dezembro e alínea a) do nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 114/2012, de 25 de maio.

3. Antecedentes: Não tem.



4. Apreciação de arquitetura

4.1 As propostas que no presente se analisam, surgem no âmbito do “*Concurso para a conceção, construção, exploração, gestão, manutenção e fiscalização, em regime de concessão de obra pública e de serviço público dos atuais e futuros parques de estacionamento e dos lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade de Viseu*”.

4.2 O referido concurso prevê a construção de três parques a seguir designados por P1, P2 e P3, sobre os quais importa nesta fase referir:

a) P1 - Parque de estacionamento no logradouro da rua silva gaio/ travessa da misericórdia

Sem implicações patrimoniais que justifiquem sob o ponto de vista da arquitetura, a sua não viabilização.

b) P2 - Parque de estacionamento junto à estação superior do Funicular

A volumetria proposta terá impacto negativo sobre o troço da Muralha mais próximo, acrescido do facto de se tratar de um terminal do Funicular oposto ao terminal servido por uma área de estacionamento muito grande e associado à previsão de construção de mais um estacionamento no âmbito da proposta do Parque 1 (logradouro anexo à Rua Silva Gaio). Neste contexto considera-se ser necessária a ponderação desta localização ou, no limite uma reformulação profunda da proposta.

c) P3 - Parque de estacionamento da avenida capitão silva pereira

Sem implicações patrimoniais que justifiquem sob o ponto de vista da arquitetura, a sua não viabilização.

5. Apreciação de arqueologia

5.1 P1 e P2 - enquadramento patrimonial

a. A área de afetação do projeto localiza-se numa área de elevada sensibilidade, considerando a sua proximidade com a **Sé Catedral de Viseu**. Esta, segundo alguns autores (Alves, 2016), “*foi edificada dentro de uma estrutura militar complexa que estaria dentro do castelo ou protegida por este em associação com outras estruturas de cariz militar provenientes da época romana*”;

b. Esta sensibilidade arqueológica encontra confirmação no resultado dos numerosos trabalhos, efetuados ao longo dos anos no subsolo da atual cidade de Viseu. Desde logo, importa sublinhar, os dados obtidos na **Rua Silva Gaio/Calçada de Viriato**, no âmbito dos trabalhos da Viseu Polis, que permitiram identificar vestígios de estruturas domésticas da II Idade do Ferro, nomeadamente, pisos em argila, silos, fundos de



cabana, fornos, muros e uma estrutura de combustão, assim como, sepulturas de inumação, de uma necrópole datada do final da época romana (séc. IV/V d.C.)¹;

- c. Acresce a esta informação os dados resultantes dos trabalhos arqueológicos efetuados no edifício de gaveto entre a **Rua Silva Gaio e o Largo do Arvoredo**, em 2003, os quais *“permitiram colocar a descoberto os restos de um edifício dos finais do século XVII/ princípios do século XVIII. Tratar-se-ia de uma construção resultante da expansão da cidade para fora das muralhas. Foram igualmente exumados vestígios materiais de época romana (tegulae, opus e uma sigillata) e da Idade do Ferro (cerâmicas manuais e a torno lento)”*²;
- d. Para além dos vestígios arqueológicos (*stricto sensu*) desenvolve-se ao longo da **Rua dos Loureiros/Rua Silva Gaio** um troço da muralha medieval da cidade de Viseu, mandada reformular por D. Afonso V (séc. XV) e da qual subsistem a **Porta do Soar** e a **Porta dos Cavaleiros**. Esta estrutura defensiva encontra-se classificada como MN - Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 2 165, DG, I Série, n.º 265, de 31-12-1915.

5.2 P3 - enquadramento patrimonial

- a. O espaço a intervencionar, na **Av. Capitão Silva Pereira** (aberta me meados séc. XX), não forneceu, até ao momento, vestígios de significativo interesse arqueológico. Ainda assim é uma área de elevado potencial arqueológico, desde logo pela sua proximidade com a **Rua do Gonçalves** e com a **Rua da Prebenda**;
- b. Nestas ruas identificaram-se vestígios de ocupações da Idade do Ferro e época Romana. Assim, na **Rua do Gonçalves** foi detetado um conjunto de lajes de grandes dimensões, que poderão corresponder ao primitivo arruamento romano - *decumanus maximus*, considerado a principal saída da cidade romana de Viseu. Detetou-se, igualmente, um piso de cabana proto-histórico;
- c. Na **Rua da Prebenda** foram identificados os alicerces de uma *insula*, datada do último quartel do séc. I e inícios do séc. II, encontrando-se preservados dois compartimentos com os pisos de circulação em *opus signinum* e *opus spicatum*.

5.3 P1 - Parque de Estacionamento do Logradouro

- a. O local de intervenção localiza-se dentro dos limites da cidade de Viseu, na **Rua Silva Gaio**, onde existe um espaço verde de logradouro, o qual se encontra ao abandono. A área de terreno afeta à intervenção é de aproximadamente 3700m² (3000m² de estacionamento e 700m² de área verde). Esta apresenta uma topografia acidentada distribuída por 6 socacos com variações de cota, entre os 1,25m e um máximo de 3,5m;
- b. A proposta prevê trabalhos de escavação e aterro, para colmatar as variações de cota altimétrica, assim como, abates de árvores, demolições (tanque e muros) e infraestruturação (águas, drenagens, eléctricas e telecomunicações);

¹ Endovélico

² *Idem*



- c. Face ao exposto considerando a importância patrimonial da área afeta ao projeto, assim como as ações previstas pelo mesmo, somos de parecer que a sua execução deverá ser condicionada à execução das seguintes medidas de salvaguarda:
- (i) Realização de sondagens arqueológicas prévias ao início dos trabalhos. Estas devem constituir uma amostra representativa da totalidade da área a intervencionar, incidindo sobre os locais com maior profundidade de afetação;
 - (ii) Acompanhamento arqueológico, efetivo e presencial, de todas as ações que impliquem revolvimento de solos, extensível aos trabalhos de desmatção, decapagem e montagem de estaleiros;
 - (iii) A deteção de vestígios de interesse patrimonial relevante em fase de obra, assim como o início dos trabalhos, deverá ser comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro (culturacentro@drcc.pt) que avaliará a pertinência de se procederem a alterações metodológicas;
 - (iv) A eventual identificação de vestígios de interesse patrimonial, poderá implicar em alterações ao projeto, de forma a compatibilizar o proposto com as pré-existências;
 - (v) Estas ações serão desenvolvidas a cargo do dono de obra e deverão constar do alvará de licenciamento.

5.4 P2 – Área de estacionamento junto à estação do funicular

- a. O projeto localiza-se dentro dos limites da cidade de Viseu, entre a Rua Silva Gaio e a Travessa da Misericórdia, junto à estação superior do funicular, espaço actualmente utilizado como estacionamento e também como área verde;
- b. Este ocupa uma área de implantação de 650m², desenvolve-se numa estrutura de 2 pisos e meio, com a altura máxima do edifício do funicular já existente e providenciará 63 lugares de estacionamento. O projecto conta ainda com 2 acessos viários e pedonais independentes e autónomos;
- c. A “*Memória Descritiva e Justificativa*” do projecto refere: “*visto que o terreno corresponde a uma área de interesse arqueológico, a proposta considera uma redução ao mínimo dos trabalhos de escavação, pelo que as plataformas de estacionamento foram implantadas tendo em conta esta situação*”. Não obstante, projeto analisado não valoriza a importância patrimonial da área em que se insere;
- d. Para o efeito deverá ser tido em consideração:
- (i) Análise do impacte negativo indireto (visual) sobre o troço de muralha, visível junto ao espaço do funicular;
 - (ii) Análise do impacte negativo direto sobre as estruturas arqueológicas existentes, tendo por base os resultados dos trabalhos efetuados no âmbito do Programa Viseu Polis;
 - (iii) Análise da relação entre o impacte patrimonial (direto e indireto) e o benefício do projeto, considerando que no local já existe um espaço de estacionamento (superfície), o funicular permite o transporte entre o centro da cidade e o



estacionamento junto à Feira de S. Mateus, está prevista a construção de um estacionamento com 148 lugares, no logradouro anexo à Rua Silva Gaio (P1).

5.5P3 – Parque de Estacionamento da Av. Capitão Silva Pereira

- a. O projecto localiza-se dentro dos limites da cidade de Viseu, na Av. Capitão Silva Pereira, onde existe um espaço atualmente utilizado para estacionamento, o qual se encontra bastante desaproveitado para o efeito;
- b. A área de implantação do projecto é de 2.308m², confinante com o arruamento e terrenos vizinhos, através de muros de pedra, alvenaria de blocos de betão e vedações metálicas. Esta encontra-se pavimentada, não existindo infra-estruturas de apoio, tais como edifícios técnicos e iluminação pública;
- c. Não se prevêem trabalhos de escavação e aterro, visto o terreno apresentar uma superfície plana. Há somente a referir a demolição de um muro em granito, que se situa junto à actual entrada de veículos. Todos os muros serão mantidos e estabilizados, prevendo-se a construção de edifício de apoio (modulo pré-fabricado), assim como a repavimentação da área de circulação rodoviária e o arranjo de zonas verdes;
- d. Face ao exposto considerando a importância patrimonial da área afeta ao projeto, assim como as ações previstas pelo mesmo, somos de parecer que a sua execução deverá ser condicionada à execução das seguintes medidas de salvaguarda:
 - (i) Todas as ações necessárias à execução do projeto, que impliquem revolvimentos no subsolo, deverão ser acompanhadas por um arqueólogo previamente autorizado pela tutela, de acordo com a legislação em vigor. Este deverá observar e registar todas as ocorrências que possam consubstanciar algum tipo de informação patrimonial;
 - (ii) A deteção de vestígios de interesse patrimonial relevante em fase de obra, assim como o início dos trabalhos, deverá ser comunicado à Direção Regional de Cultura do Centro (culturacentro@drcc.pt) que avaliará a pertinência de se procederem a alterações metodológicas, dando cumprimento, nomeadamente, ao artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro;
 - (iii) A eventual identificação de vestígios de interesse patrimonial, poderá implicar em alterações ao projeto, de forma a compatibilizar o proposto com as pré-existências;
 - (iv) Estas ações serão desenvolvidas a cargo do dono de obra e deverão constar do alvará de licenciamento.

6. Duplicado

Mais se informa que este parecer só é válido quando apresentado em conjunto com o 2.º exemplar do processo, constituído por 3 volumes com 107 (38+38+31) folhas, que se devolvem devidamente carimbados e datados.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO

7. Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável Condicionado à alínea b) do ponto 4.2 (arquitetura) e ao ponto 5 (arqueologia), da presente informação.

À consideração superior

António Gil, arquiteto

Gertrudes Branco, arqueóloga

AG/GB



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

CULTURA

**DIREÇÃO REGIONAL
DE CULTURA DO CENTRO**

Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes
3000-303 COIMBRA
Telef. 239701391 – Fax 239701378
culturacentro@drcc.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA
Recebido a 28 5 /2014
Ass. *[Signature]*



TAXA PAGA
PORTUGAL
CLIENTE 10266970

